

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.342.517 - SC (2018/0205641-6)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : I W DE J DE T (MENOR)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, em desfavor de acórdão assim ementado (fl. 134):

*APELAÇÃO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 15 DA LEI N. 10.826/2003.*

*SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO, E ABSOLVEU SUMARIAMENTE O ADOLESCENTE, COM BASE NO ARTIGO 397, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, SOB O FUNDAMENTO DE QUE O CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO EM FEITO DIVERSO ABSORVEU OS ATOS INFRACIONAIS ANTERIORES.*

*INSURGÊNCIA MINISTERIAL. ALMEJADO O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. POSSIBILIDADE.*

*A VEDAÇÃO LEGAL CONTIDA NO ARTIGO 45, § 2º, DA LEI DO SINASE SE LIMITA A RESTRINGIR A IMPOSIÇÃO DE NOVA MEDIDA DE INTERNAÇÃO POR FATO ANTERIOR, MAS NÃO INVIABILIZA A APLICAÇÃO DE QUAISQUER DAS DEMAIS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ELENCADAS NO ARTIGO 112 DA LEI N. 8.069/90.*

*RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.*

A defesa protocolou recurso especial, no qual apontou ofensa ao art. 45, § 2º, da Lei 12.594/2012.

Sustenta que *"eventual condenação do adolescente por ato infracional anterior ao início da execução da medida de internação careceria de utilidade"*. (fl. 157).

Alega *"ausência de interesse processual do Estado, a justificar a extinção anômala dos feitos com fundamento nos arts. 45, § 2º da Lei do Sinase e no art. 267, VI, do CPC (atual art. 485, VI, do NCPC)"*. (fl. 157).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial, em virtude da

# Superior Tribunal de Justiça

incidência da Súmula n. 83/STJ.

Contraminuta às fls. 186/189.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso. (fls. 207/212)

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo em recurso especial, visto que atacado o fundamento da decisão agravada.

Passo à análise do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, "o artigo 45, § 2.º, da Lei n.º 12.594/12 não estabelece a perda de objeto do processo para apuração de novos atos infracionais, competindo ao Juízo da execução, no caso de superveniência de aplicação de nova medida sócioeducativa, o exame acerca da possibilidade de unificação desta, com a já em curso, ou de sua extinção" (AgRg no AREsp 1.033.052/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 24/05/2017).

A corroborar esse posicionamento:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. OFENSA. INEXISTÊNCIA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DO ART. 14 DA LEI 10.826/03. EXTINÇÃO DO PROCESSO PELO JUÍZO DE CONHECIMENTO. ART. 45 DA LEI N. 12.594/2012. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. "A prolação de decisão monocrática pelo ministro relator está autorizada não apenas pelo RISTJ, mas também pelo CPC. Nada obstante, como é cediço, os temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao colegiado, por meio do controle recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental." (AgRg no REsp 1322181/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que o art. 45, § 1º e 2º, da Lei n.º 12.594/12, não impede a apuração e o julgamento de outros atos infracionais cometidos pelo adolescente, inclusive com a imposição de novas medidas socioeducativas, competindo ao Juízo de Execução avaliar, no caso

# *Superior Tribunal de Justiça*

*concreto, a possibilidade de unificação ou extinção de uma delas.*

3. *Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 1.379.308/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/02/2019)*

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. OFENSA. INEXISTÊNCIA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. EXTINÇÃO DO PROCESSO PELO JUÍZO DE CONHECIMENTO. ART. 45 DA LEI N. 12.594/2012. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.**

1. *O julgamento monocrático do agravo em recurso especial, com esteio em óbices processuais e na jurisprudência dominante desta Corte, tem respaldo nas disposições do CPC e do RISTJ.*

2. *"O disposto no artigo 45, §§ 1º e 2º, da Lei n. 12.594/12 estabelece critérios específicos para a execução das medidas socioeducativas supervenientes à execução, o que não impede a apuração e o julgamento de novos atos infracionais, com a aplicação de novas medidas ao adolescente, cabendo, contudo, ao Juízo de Execução avaliar, no caso concreto, a possibilidade de unificação ou extinção de uma delas" (RHC n. 60.612/DF, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 25/8/2015, DJe 15/9/2015).*

3. *Agravo regimental desprovido (AgInt no AREsp 1.087.813/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 18/12/2018).*

**RECURSO ESPECIAL. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO POR OUTROS ATOS INFRACIONAIS. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 45, § 2º DA LEI N. 12.594/2012.**

1. *A impossibilidade de aplicação de nova medida socioeducativa de internação, por ato infracional anterior, refere-se aos casos em que o menor infrator já tenha concluído o cumprimento da medida socioeducativa.*

2. *O art. 45, § 2º, da Lei n. 12.594/2012 dispõe ser "vedado à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema".*

3. *"Referido dispositivo não respalda a extinção do*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*processo sem resolução do mérito, em especial, porque a vida pregressa do adolescente é fundamental para orientar o estabelecimento de futuras medidas socioeducativas, caso sejam cometidos novos atos infracionais, tendo em vista inclusive o art. 122, II, do ECA. O que se apura é a possibilidade de o juízo da execução extinguir a medida extrema imposta a posteriori em sentença socioeducativa, pois não faria sentido impor ao adolescente nova medida de internação, por cometimento de ato infracional anterior ao que ensejou a medida socioeducativa já cumprida ou abrandada" (HC 391.986/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017).*

*4. É possível impor outras medidas socioeducativas, estando ainda em curso a execução da medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional diverso, respeitado o prazo máximo de liberação compulsória, o que impede a determinação de reinício da medida, já que o ato infracional questionado é anterior ao que resultou na imposição da medida de internação em andamento."*

*5. Recurso provido. (REsp 1.720.565/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2018).*

especial.  
Ante o exposto, conheço do agravo e nego provimento ao recurso

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator